



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDPD

GESTÃO 2014 / 2016

Data: 04/11/2015

Horário: 14horas

Local: Sala de reuniões do Gabinete da Prefeitura

Pauta:

1. Aprovação da pauta da 16ª Reunião Ordinária;
2. Aprovação da ata da 15ª Reunião Ordinária Gestão 2014-2016;
3. Relato da reunião com acadêmica do UNICESUMAR dia 16/10/2015;
4. Relato de Comissão;
5. Informes Gerais

Relato das Comissões

Comissões de Políticas Públicas e Acessibilidade

Reunião realizada dia 28 de outubro de 2015

Horário: 14h **Local:** SASC

Membros das Comissões Presentes: Alexandra Silveira Petris Capuano, Gustavo Vinícius Camin, Maurílio Liba Almeida, Ricardo Alexandre Vieira, Vanessa Linhares de Souza, Daniella Martins Hernandes.

1 – Ofícios do Ministério Público 14ª Promotoria de Justiça em resposta ao ofício nº 26/2015 do CMDPD que pedia informações de quais encaminhamentos foram dados referente ao pedido e sugestão de formulário padrão para emissão de laudos médicos para concessão do passe livre municipal (feito por meio do ofício 10 de 06/04/2015). As Comissões tomaram conhecimento deste ofício onde a Promotoria informa que em audiência realizada dia 24 de setembro do corrente ano ficou estabelecido que os requerimentos para o Passe Livre será realizado pela SETRANS ou à própria prefeitura através de formulário padrão que passou a ser adotado. Não sendo necessário análise médica dos atestados fornecidos, a SETRANS encaminhará à TCCC a documentação para formalização da situação e expedição do cartão. Caso vislumbre-se a necessidade de melhor análise dos atestados, a documentação será encaminhada ao médico da TCCC.

Parecer das Comissões: As comissões sugerem enviar ofício à Promotoria agradecendo a atenção e solicitando que, assim como pontuado em reunião com a promotoria e representantes da SETRANS e Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, no dia 25 de março de 2015, ela tome as providências cabíveis para que as análises referentes aos laudos médicos sejam realizadas por um profissional da prefeitura e não por um médico da TCCC.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

2 – Ofício nº 1545/15 da SETRANS em resposta ao ofício nº 34/2015 do CMDPD. As Comissões tomaram conhecimento deste ofício onde a SETRANS informa que os requerentes do Passe Livre que não tenham como comprovar renda poderão, o mesmo ou seu representante legal, apresentar declaração para fins de comprovação de rendimento.

Parecer das Comissões: as Comissões sugerem solicitar que, assim como nas solicitações de Passe Livre Interestadual, para comprovação de renda seja solicitado aos municípios apenas uma declaração de rendimento e não outro tipo de documento.

3 – Relatório de Acessibilidade nos Centros Esportivos do Município de Maringá encaminhado pela SESP – Secretaria de Esportes e Lazer. As Comissões analisaram este relatório que apresenta de forma breve as condições de todos os Centros Esportivos, enfatizando as situações de acessibilidade nas entradas de cada um deles, nas recepções, nos banheiros, nas piscinas e nas quadras.

Parecer das Comissões: Alguns centros possuem banheiros acessíveis as pessoas com deficiência, porém estavam servindo de almoxarifado na época do levantamento de dados. Frente a isso a Comissão sugere encaminhar ofício à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer solicitado a desocupação imediata destes banheiros. Quanto aos acessos às piscinas as Comissões sugerem solicitar informações se alguma possui elevador para pessoas com deficiência física ou se o acesso refere-se apenas ao trajeto até a borda da piscina. Considerando que o Conselho havia solicitado a Gerente de Esporte Paralímpico, Conselheira Cynthia, que ela apresentasse esse relatório ao novo Secretário, as Comissões sugerem solicitar informações se esta ação já foi realizada e se há alguma previsão de adequação dos itens sem acessibilidade destes Centros ou se eles já foram adequados.

4 – Falta de acessibilidade no prédio de cursos da prefeitura na Avenida Duque de Caxias. As Comissões receberam informações de um conselheiro de que as salas de treinamento da prefeitura localizadas na Avenida Duque de Caxias, ao lado Cartório rocha Loures, não possuem acessibilidade. Frente a isso representantes das Comissões realizaram visita no local e trarão parecer para a plenária.

5 – Solicitação de cadastro da União Metropolitana Paradesportiva UMPM. A Comissão iniciou análise dos documentos de solicitação de Cadastro desta entidade e, em reunião realizada no primeiro semestre deste ano, solicitou que ela refizesse seu planejamento demonstrando quais ações executa, uma vez que no primeiro Plano de Ação entregue a entidade demonstrava muitas ações de outras entidades. Em seu Plano refeito a entidade demonstrou as seguintes ações: Bocha que atende 12 pessoas; Basquete e Handebol em Cadeira de Rodas, que atende 07 pessoas; Dança, que atende 05 pessoas.

Parecer das Comissões: Após análise as Comissões manifestam parecer favorável ao cadastro da entidade.

Informes

1 – Ofício nº 812/2015 da 14ª Promotoria de Justiça. As Comissões receberam e tomaram conhecimento deste ofício onde a Promotoria informa que os procedimentos instaurados para apurar acessibilidade das Casas Lotéricas em Maringá foi arquivado, haja visto que os estabelecimentos identificados pelo Conselho como irregulares, adequaram-se às formas legais vigentes.